



**AMIES**  
ASSOCIAÇÃO DOS MANTENEDORES  
INDEPENDENTES EDUCADORES  
DO ENSINO SUPERIOR

# Boletim Informativo



## *Education at a Glance* 2026 evidencia desafios para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil

Magnific

O Brasil avançou na escolaridade da população, mas ainda enfrenta um desafio significativo para ampliar o acesso e a conclusão do ensino superior. É o que revela a edição 2026 do *Education at a Glance*, relatório produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne indicadores educacionais de países-membros e parceiros. Na população de 25 a 64 anos, 22,3% dos brasileiros tinham formação superior em 2024, ante 42,6% na média da OCDE.

O cenário ganha relevância diante dos objetivos estabelecidos pelo novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 15.388/2026. O Objetivo 14, dedicado ao acesso, à permanência e à conclusão na graduação, estabelece metas para ampliar a participação da população no ensino superior e reduzir desigualdades. Entre elas está a elevação para 40% do percentual da população de 18 a 24 anos com acesso a cursos de graduação e para 40% o percentual da população de 25 a 34 anos com educação superior completa. O plano também estabelece a meta de alcançar dois milhões de titulações anuais na graduação, sendo pelo menos 400 mil no segmento público, além de elevar para 60% a taxa bruta de escolarização na educação superior.

Os números da OCDE mostram a dimensão do desafio. Entre os brasileiros de 25 a 34 anos, a parcela com educação superior passou de 19,2%, em 2016, para 24,2%, em 2024. Apesar do crescimento, o percentual permanece distante dos 47,4% registrados na média da OCDE em 2025. O relatório também chama atenção para a conclusão dos cursos. No Brasil, 79% dos estudantes concluíram o ensino superior até dois anos após a duração inicial do curso.

Para a secretária-executiva da AMIES, Priscila Planelis, a pesquisa reforça a necessidade de políticas que combinem expansão do acesso com condições para que o estudante permaneça e conclua sua formação. “Os dados mostram que o Brasil ainda tem um caminho importante a percorrer para ampliar a escolaridade superior da população. Por isso, é fundamental fortalecer políticas de acesso e permanência, especialmente pro meio de programas como o Prouni e o Fies, que contribuem para ampliar as oportunidades de ingresso de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de uma graduação”, ressaltou.

A agenda defendida no novo PNE contempla estratégias de expansão planejada da graduação, preenchimento de vagas remanescentes e ocio-

sas, políticas para elevar a taxa de conclusão, assistência estudantil e apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além da adequação da oferta de cursos às necessidades de desenvolvimento econômico e social.

### **Mobilidade internacional**

Outro indicador relevante para o ensino superior é a mobilidade acadêmica internacional. Em 2024, apenas 1% dos estudantes brasileiros estavam estudando no exterior, enquanto a média da OCDE era de 6%. No sentido inverso, os estudantes internacionais representavam menos de 1% dos matriculados no Brasil, contra 12% na média da organização.

Entre os brasileiros que estudavam fora do país, os principais destinos eram Argentina (28%), Estados Unidos (18%) e Portugal (17%). Entre os estudantes estrangeiros no Brasil, Venezuela, Angola e Colômbia eram os principais países de origem. O relatório aponta ainda que, entre 2015 e 2024, as proporções de estudantes brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil permaneceram estáveis, enquanto a mobilidade internacional cresceu na média da OCDE.

### **Investimento**

O relatório também apresenta dados sobre o financiamento da educação. Em 2023, o gasto governamental brasileiro da educação primária à superior correspondeu a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), acima da média de 4% registrada pela OCDE. No entanto, quando considerado o investimento por estudante, a diferença é expressiva: o gasto médio brasileiro da educação primária à

superior foi de US\$ 4.133 em 2023, contra US\$ 13.601 na média da OCDE.

O tema também está diretamente relacionado ao novo PNE. O Objetivo 19, que trata de financiamento e infraestrutura da educação, estabelece a elevação do investimento público em educação para 7,5% do PIB até o sétimo ano de vigência do plano e 10% ao final do decênio. Para o ensino superior público, o plano prevê ainda a ampliação contínua dos recursos destinados à manutenção, expansão, melhoria e reestruturação das instituições, com o objetivo de garantir e ampliar atividades de ensino, pesquisa e extensão.

### **Escassez docente**

A falta de professores é o tema central da edição 2026 do *Education at a Glance*. No Brasil, 9% dos professores da educação primária e secundária em instituições públicas não eram plenamente qualificados em 2024/2025, percentual próximo à média de 9,1% observada na OCDE. O relatório ressalta que a escassez docente se manifesta de diferentes formas e está relacionada tanto à formação quanto à capacidade dos sistemas educacionais de atrair e reter profissionais.

Outro dado chama atenção: 10,3% dos professores plenamente qualificados da educação primária e secundária deixaram a profissão no Brasil em 2022, por aposentadoria ou desligamento, diante de uma média de 6,4% na OCDE.

A questão da formação docente também está presente no novo PNE. O Objetivo 17 estabelece metas para assegurar a formação superior específica dos professores da educação básica e

prevê o planejamento nacional da oferta de licenciaturas, com atenção ao equilíbrio entre demanda e oferta de profissionais e às diferenças regionais.

"Precisamos olhar para a formação de professores e incentivar as licenciaturas, porque a expansão sustentável da educação depende também da existência de profissionais qualificados em todas as etapas do sistema educacional", lembrou Priscila Panielis.

### **Educação superior**

Os dados do *Education at a Glance* 2026 colocam em perspectiva alguns dos principais desafios da educação brasileira: ampliar a escolaridade superior, aumentar as taxas de conclusão, promover maior mobilidade internacional, assegurar financiamento adequado e enfrentar a escassez de professores.

No caso do ensino superior, os indicadores dialogam diretamente com a agenda estabelecida pelo novo PNE. O desafio não está apenas em ampliar o número de pessoas que chegam à graduação, mas também em garantir acesso com qualidade, permanência, conclusão e redução das desigualdades.

Para a AMIES, a convergência entre os indicadores internacionais e as metas nacionais reforça a importância de políticas públicas construídas com participação das instituições de ensino superior e voltadas à ampliação de oportunidades educacionais. O relatório da OCDE, nesse sentido, oferece uma referência para acompanhar a evolução do Brasil ao longo da próxima década e avaliar os avanços em direção às metas estabelecidas pelo novo PNE.

# A qualidade da EAD não cabe nos indicadores

Um sistema regulatório robusto precisa de critérios objetivos e verificáveis, mas também deve reconhecer que fenômenos complexos não podem ser integralmente reduzidos a métricas

**Por Priscila Planelis**

A expansão da educação a distância (EAD) transformou o Ensino Superior brasileiro e trouxe novos desafios para a regulação estatal. Com o propósito de aprimorar a qualidade da oferta, o Decreto nº 12.456/2025 estabeleceu um novo marco para a modalidade e alterou significativamente a dinâmica regulatória da EAD.

No Direito, a qualidade da educação pode ser compreendida como um conceito jurídico indeterminado: o conteúdo não é definido de forma exaustiva pela norma, mas densificado pela Administração Pública a partir dos parâmetros estabelecidos pelo ordenamento jurídico. Essa característica permite que o conceito acompanhe as transformações da realidade educacional e seja aplicado diante das particularidades dos casos concretos.

No Ensino Superior, essa densificação ocorre, em grande medida, por meio das avaliações conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), cujos resultados constituem referencial básico para as ações de regulação e supervisão do Ministério da Educação (MEC).

Nesse contexto, merece destaque o papel estratégico do Conselho Nacional de Educação (CNE) na análise dos processos regulatórios. Ao apreciar situações concretas, o colegiado não apenas considera os resultados das avaliações, mas interpreta o significado à luz

das circunstâncias de cada processo. Essa margem de apreciação é particularmente relevante quando se trata de atribuir conteúdo concreto ao conceito de qualidade na oferta da EAD.

Para compreender os contornos do que se entende como qualidade da EAD no Brasil sob a ótica do CNE, foram analisados 2.067 pareceres do colegiado ao longo dos últimos dez anos. O estudo revelou elevado grau de convergência entre o CNE e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC. Em 90,42% dos processos, o Conselho manteve integralmente a posição anteriormente adotada pela Seres. Em 7,79% dos casos houve reforma total e, em apenas 1,79%, reforma parcial.

Os dados mostram também que os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) ocupam posição central nesse processo. Em 59,60% dos pareceres, foram considerados suficientes para fundamentar a decisão do CNE. O percentual evidencia a importância de uma avaliação estruturada por critérios objetivos, capazes de conferir maior segurança, comparabilidade e racionalidade à regulação.

Indicadores, contudo, não são sinônimo de qualidade. São instrumentos para aferi-la. Não funcionam como uma espécie de algoritmo jurídico no qual se inserem dados para obter, automaticamente, a decisão regulatória correta.

Quando os critérios objetivos se mostram insuficientes, a própria experiência decisória do CNE demonstra a existência de espaço para interpretação e consideração das particularidades do caso concreto. A análise dos pareceres identificou situações em que os indicadores do Sinaes foram complementados por outros elementos constantes dos autos, relativizados diante das circunstâncias específicas ou, excepcionalmente, afastados quando sua aplicação se mostrou incompatível com as finalidades da legislação educacional.

Essa possibilidade de ponderação não diminui a relevância dos indicadores. Ao contrário, revela a importância de utilizá-los de forma adequada. Um sistema regulatório robusto precisa de critérios objetivos e verificáveis, mas também deve reconhecer que fenômenos complexos não podem ser integralmente reduzidos a métricas.

A constatação torna-se ainda mais relevante diante das transformações recentes da EAD. A educação digital envolve dimensões como mediação pedagógica, interação, engajamento, acompanhamento da trajetória acadêmica, permanência e experiência de aprendizagem. São aspectos essenciais à qualidade educacional, mas que nem sempre podem ser integralmente traduzidos pelos instrumentos tradicionais de avaliação.

[Clique para ler o artigo completo.](#)



# Abertas inscrições ao programa de apoio a eventos acadêmicos e científicos em 2027

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) abriu o período de submissão de propostas da edição 2027 do Programa de Apoio a Eventos no País. O prazo termina em 20 de outubro.

O edital visa apoiar eventos acadêmicos de curta duração, de abrangência nacional ou internacional, vinculados diretamente às atividades de Programas de Pós-Graduação. Podem apresentar propostas instituições de ensino superior, entidades de pesquisa científica ou tecnológica, associações ou sociedades científicas e tecnológicas e signatários de acordos de cooperação que atendam aos requisitos do edital.

Podem apresentar propostas as instituições e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, vinculada ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e



responsável por PPG acadêmico ativo. Caso o proponente seja pessoa física, é necessário ter vínculo formal com a instituição proponente e associado a um PPG *stricto sensu* acadêmico recomendado pela Capes. O evento deve envolver pelo menos três PPGs recomendados pela Capes e ter realização presencial ou semipresencial no Brasil, entre 1º de fevereiro e 31 de dezembro de 2027.

As propostas devem ser envia-

das pelo Sistema de Inscrições da Capes, com apresentação dos termos de anuência do dirigente máximo da instituição proponente e dos coordenadores dos PPGs participantes. De acordo com o cronograma previsto no edital, o resultado preliminar sairá em 27 de novembro, com interposição de recursos entre 30 de novembro a e de dezembro. O resultado final está previsto para 8 de janeiro de 2027.



## RENDIA

A Pesquisa de Empregabilidade dos Egressos do Ensino Superior Brasileiro mostrou que a conclusão desse nível educacional eleva a renda dos brasileiros em cerca de 110%. O efeito é semelhante para quem termina a pós-graduação. Apesar disso, o diploma vem perdendo prestígio aos olhos de quem o conquistou. Na pesquisa, 38,6% dos egressos dizem que sua formação é pouco ou nada valorizada no mercado, e o ceticismo cresce entre os mais jovens.



## UNIVERSIDADES FEDERAIS

O Governo Federal sancionou leis que oficializam a criação das universidades federais de Ciência e Inovação de Minas Gerais, de Ciência e Inovação do Rio de Janeiro e da Fronteira Norte. A UFCI/MG e a UFCI/RJ resultam da transformação dos centros federais de educação tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Já a UFFN surge a partir do desmembramento do campus local da Universidade Federal do Amapá (Unifap).



## EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos de 2025 (Pisa) mostrou que o Brasil permanece estagnado há uma década em áreas como matemática, ciências e leitura. Para reverter o quadro, especialistas afirmam que será preciso superar lacunas de aprendizagem desde os primeiros anos escolares, ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola e colocar a qualidade da educação no centro das políticas públicas.

## MERCADO

»A **inteligência artificial** já traz resultados mensuráveis em companhias de ensino superior listadas em bolsa. A Yduqs, por exemplo, reduziu em 75% o custo de produção dos conteúdos de seus materiais didáticos e 9% das matrículas foram fechadas sem qualquer intervenção humana. Na Cognia, o processamento de documentos de alunos está cinco vezes mais rápido. No mercado educacional, o próximo desafio é analisar se a ferramenta traz impactos na qualidade da educação.

»O enlace entre a Yduqs, dona de Estácio e Ibmecc, e a Afya, de medicina e listada na Nasdaq, em Nova York, vai dar origem à **companhia de maior valor de mercado** entre os grupos de educação listados em Bolsa no Brasil, conforme consultoria. Combinadas, as duas empresas valem mais de R\$ 9,3 bilhões, acima do dobro da atual líder na B3, a Cognia Educação. Sozinha, a Yduqs figura como segunda colocada no *ranking*, avaliada em R\$ 2,76 bilhões. A Afya conta com uma dupla listagem, tendo ações na Nasdaq e BDRs na Bolsa brasileira, com uma avaliação de cerca de R\$ 6,54 bilhões.

## Estudo alerta para a saúde mental de estudantes de medicina e para o ambiente de aprendizagem



Um estudo realizado com estudantes de Medicina de diferentes regiões do país lança luz sobre um dos desafios contemporâneos da formação médica: as condições de saúde mental dos futuros profissionais. A pesquisa, publicada na *Brazilian Journal of Psychiatry*, identificou sintomas de depressão moderados a graves em 66% dos participantes e sintomas de ansiedade moderados a graves em 50,5%. O levantamento foi feito com 1.026 estudantes, de 18 anos ou mais, matriculados do primeiro ao sexto ano em 74 instituições públicas e privadas. A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2023 e setembro de 2024.

Os resultados apontam que a falta de tempo foi o principal fator de estresse relatado pelos estudantes, seguida por questões relacionadas ao desempenho acadêmico, relacionamentos, preocupações com a saúde e dificuldades de aprendizagem. É importante destacar que os percentuais identi-

ficam sintomas, e não representam diagnósticos clínicos de depressão ou transtornos de ansiedade.

A pesquisa também analisou a percepção dos estudantes sobre o ambiente de aprendizagem e os fatores de estresse presentes na formação médica. Os resultados indicaram associação entre menor intensidade de sintomas e aspectos como colaboração entre colegas, clima acadêmico, inclusão e aceitação, relação com docentes, engajamento significativo, espaço físico e mentoria.

O levantamento identificou diferenças na percepção do ambiente acadêmico conforme o tipo de instituição. Estudantes de IES privadas avaliaram de maneira mais positiva o ambiente de aprendizagem, especialmente as relações com professores e o clima acadêmico. Entre estudantes de universidades públicas, apareceu maior associação com estresse relacionado a notas e avaliações. *Com informações da Folha de S.Paulo.*

## EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Victor Veronezi | Diretor administrativo: Ihanmark Damasceno | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Alexandre Chaddad, Paulo Vieira e Conrado Raunheitti | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa, Clovis Fecury e Jaime Romero | Secretária-executiva: Priscila Planelis | Relações Institucionais: Gilberto Garcia | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).